



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – OSMAR DE AQUINO
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

GEÓRGIA INÊS DE MÉLO BARBOSA

**O LEGADO DE MARGARIDA MARIA ALVES: A REPRESENTAÇÃO DA FORÇA
DAS MULHERES NA LUTA SINDICAL**

**GUARABIRA
2024**

GEÓRGIA INÊS DE MÉLO BARBOSA

**O LEGADO DE MARGARIDA MARIA ALVES: A REPRESENTAÇÃO DA FORÇA
DAS MULHERES NA LUTA SINDICAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de História, do Campus III, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa.

**GUARABIRA
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238I Barbosa, Georgia Ines de Melo.

O legado de Margarida Maria Alves [manuscrito] : a representação da força das mulheres na luta sindical / Georgia Ines de Melo Barbosa. - 2024.

28 f. : il. color.

Digitado.

Artigo Científico (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Dra. Susel Oliveira da Rosa, Departamento de História - CH".

1. Mulher do campo. 2. Lutas camponesas. 3. Movimentos sociais. 4. Movimento sindical rural. I. Título

21. ed. CDD 326

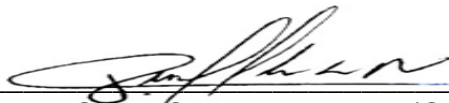
GEÓRGIA INÊS DE MÉLO BARBOSA

**O LEGADO DE MARGARIDA MARIA ALVES: A REPRESENTAÇÃO DA FORÇA
DAS MULHERES NA LUTA SINDICAL**

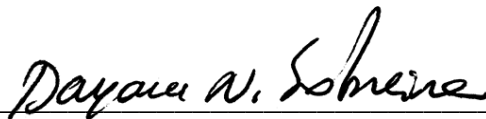
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
de História, do Campus III, da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em História.

Aprovada em: 14/11/2024.

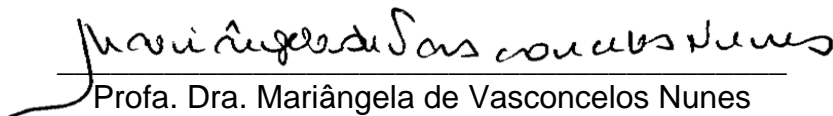
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Dayane Nascimento Sobreira
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Profa. Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Frutos de lutas

Na cidade de Alagoa Grande
nasceu a flor potente,
Margarida era o seu nome
que ajudou tanta gente

Apesar da vida difícil,
levava a mensagem de luta e trabalho,
alertando tanta gente, desses latifundiários

A violência contra a mulher no campo
é um assunto bem antigo
e ainda é um ato ocorrido,
o enfrentamento é a solução
o que as mulheres tem sofrido

Mulheres do campo, da floresta,
negra, quilombola,
as mulheres em todas
as suas expressões,
deveriam ser compreendidas

Bum, bum, bum,
O som do tambor
das dançarinas de coco,

Tchá, tchá, tchá,
a foice cortando a cana

Tum, tum, tu, t ...
do coração que um dia já bateu...

Para todas as Marias,
Joanas, ciganas,
Deixo aqui o meu abraço caloroso,
que seus frutos de lutas
Um dia sejam colhidos
Tum, tum, tum ...

Geórgia Mélo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Margarida Maria Alves	10
Imagem 2 – Cartaz da Marcha das Margaridas	11
Imagem 3 – Margarida “em meio a luta no dia primeiro de maio”	12

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS E REFERENCIAIS DE LUTA: O LEGADO DE MARGARIDA MARIA ALVES	9
3	MARGARIDA MARIA ALVES E O MOVIMENTO DE MULHERES	15
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	25

O LEGADO DE MARGARIDA MARIA ALVES: A REPRESENTAÇÃO DA FORÇA DAS MULHERES NA LUTA SINDICAL

THE LEGACY OF MARGARIDA MARIA ALVES: THE REPRESENTATION OF WOMEN'S STRENGTH IN THE UNION STRUGGLE

Geórgia Inês de Mélo Barbosa¹

RESUMO

Levando em consideração que por meio da memória são construídas determinadas relações entre sujeito e espaço no tempo, compondo sentidos históricos (Halbwachs, 1990), este trabalho visa refletir como se dá o impacto da história de Margarida Maria Alves nas lutas sindicais, analisando seu papel como mulher camponesa e sindicalista, através do que se coloca enquanto abordagem em dinâmicas de estado de conhecimento (Morosini; Fernandes, 2014). Neste sentido, nos debruçamos sobre a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental a fim de verificar como são elaboradas as imagens simbólicas de “Margarida”, enquanto uma das fundadoras do Movimento Mulheres do Brejo, que articulou as lutas das mulheres com as lutas do campo e sua atuação no Movimento Sindical Rural corroborando para construção de exemplo de liderança feminina. Apresentamos, ainda, um estudo que reflete sua história de luta no campo e seu legado, nas lutas sobre terras, como uma das principais marcas da formação do campesinato brasileiro. Com isso, consideramos o papel das mulheres do campo, suas lutas e seus desafios, além do enfrentamento das violências sofridas por outras mulheres do campo que, da mesma forma, vivenciam a resistência travada por Margarida atrelada à necessidade de acesso à terra e aos meios de produção às populações rurais.

Palavras chave: mulher; lutas camponesas; movimentos sociais.

ABSTRACT

Taking into account that through memory certain relationships are constructed between subject and space in time, composing historical meanings (Halbwachs, 1990), this work aims to reflect on the impact of Margarida Maria Alves' story on union struggles, analyzing her role as a peasant woman and trade unionist, through what is seen as an approach to the dynamics of the state of knowledge (Morosini; Fernandes, 2014). In this sense, we focus on the methodology of bibliographical and documentary research in order to verify how the symbolic images of “Margarida” are created, as one of the founders of the Movimento Mulheres do Brejo, which articulated the struggles of women with the struggles of the countryside and her performance in the Rural Trade Union Movement corroborates the construction of an example of female leadership. We also present a study that reflects its history of struggle in the countryside and its legacy, in struggles over land, as one of the main marks of the formation of the Brazilian peasantry. With this, we consider the role of rural women, their struggles and challenges, in addition to facing the violence suffered by other rural women who, in the

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em História, do Campus III, da Universidade Estadual da Paraíba.

same way, experience the resistance waged by Margarida linked to the need for access to land and resources. of production to rural populations.

Keywords: woman; peasant struggles; social movements.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a investigar o legado de Margarida Maria Alves, figura emblemática e símbolo da luta e resistência feminina no cenário sindical brasileiro, especialmente no contexto das lutas camponesas que marcaram o início da década de 1980 do século passado, mais precisamente no contexto da região do brejo paraibano.

Margarida Maria Alves, líder sindical paraibana e primeira mulher a presidir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, devido ao seu protagonismo sob representação de silenciamentos dos trabalhadores rurais que não eram contemplados por seus direitos mais básicos, tornou-se uma das mais importantes referências na defesa dos direitos trabalhistas no campo e na resistência contra as opressões de gênero e classe – uma vez que à sua época o lugar de liderança não pertencia às mulheres.

Seu assassinato em 1983, em decorrência de sua atuação em prol da justiça e dos direitos dos trabalhadores, evidenciou a gravidade dos conflitos agrários da época e immortalizou sua figura na história da luta sindical e luta das mulheres no Brasil. Tal acontecimento contribuiu significativamente para a construção de um simbolismo que elucida a significação da imagem de Margarida, como mulher de força e fibra, aspectos preservados pela memória coletiva (Halbwachs, 1990).

A importância de Margarida Maria Alves para a memória e a história de Alagoa Grande/PB transcende o registro factual de suas ações no sindicato: ela se inscreve na própria identidade coletiva do lugar, que carrega marcas profundas de sua luta e coragem e, até os dias de hoje, tem sua luta impressa nos registros orais para além do evento que lança seu simbolismo.

Margarida tornou-se, para as mulheres de Alagoa Grande e de todo o Brasil (podemos arriscar), um símbolo de resiliência e determinação na busca por direitos, justiça e igualdade. Sua figura simbólica inspira gerações de mulheres trabalhadoras, aguerridas e determinadas, até os dias de hoje, a manter viva a luta pelos direitos dos

trabalhadores rurais, pelo acesso à terra e pela dignidade do trabalho e da vida no campo.

Esse legado é não apenas histórico, mas também profundamente afetivo e identitário para as mulheres da cidade onde Margarida nasceu, viveu e ceifou seus dias de lutas, que encontram em sua trajetória uma referência para as suas próprias batalhas cotidianas.

Para a autora deste estudo, que desde a infância escutou e se identificou com os feitos de Margarida, essa conexão se revela em um processo contínuo de identificação e construção de saberes e resistências. Margarida Maria Alves torna-se, então, uma referência pessoal de empoderamento e protagonismo feminino, e sua atuação como líder sindical e defensora das causas camponesas colaborou para fundamentar uma visão de força conjunta e de construção coletiva que assinala como devem ser moldadas posturas de uma mulher que luta por seus direitos.

Assim, inspirada pela história de Margarida, reconhecemos – enquanto autora, pesquisadora e, agora, professora – a importância de resgatar essas memórias e valorizar as narrativas contadas, que não apenas reafirmam a presença de Margarida na memória local, mas também formam a base de uma construção de saberes sobre Alagoa Grande.

Dessa maneira, este trabalho não é apenas uma análise acadêmica, mas também um tributo à força e ao protagonismo de Margarida Maria Alves, que, através de sua luta, inspirou e continua inspirando mulheres em suas trajetórias por direitos e dignidade. Ao trazer sua memória para o centro deste estudo, busca-se fortalecer e perpetuar o conhecimento em torno de sua vida e obra, alimentando o espírito de resistência que ela representa e que, ainda hoje, ecoa na luta de muitas mulheres por um futuro mais justo.

Nestes termos, localizamos, através de busca sistematizada, pelo método de estado de conhecimento (Morosini; Fernandes, 2014), onde, através da revisão de literatura, em demandas de registral descritivo e bibliográfico, compilamos, analisamos e interpretamos determinada fortuna crítica acerca do protagonismo de Margarida Maria Alves.

Desta forma, o objetivamos compreender como estudiosos e pesquisadores têm abordado a trajetória e o(s) simbolismo(s) construídos acerca de “Margarida”, identificando os principais aspectos de seu legado enquanto ícone de resistência e voz das mulheres no movimento sindical rural. Em meio ao vasto campo de estudos

sobre movimentos sociais e de resistência do campo, este trabalho buscou, ainda, consolidar o conhecimento existente sobre a representatividade e o impacto da atuação de Margarida na transformação das relações sociais no campo.

Esta pesquisa também evidencia a importância de Margarida Maria Alves como exemplo de liderança feminina pelos vieses de suas forças e influências nas lutas camponesas, meditando a problemática da violência contra as mulheres do campo, ponderando que o enfrentamento à violência ganhou notoriedade entre os movimentos sociais deste contexto, sobretudo a partir do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e dos setores de gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com isso, consideramos a contribuição de Arruda e Soares (2018, p.9) quando lembram que Margarida Maria Alves foi uma defensora de direitos humanos, em razão disso, é necessário destacar a importância das medidas legais existentes a partir do que é conquistado quando para a colheita de “margaridas” se se rega a terra com o sangue de uma mulher tão importante para tantas conquistas.

2 CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS E REFERENCIAIS DE LUTA: O LEGADO DE MARGARIDA MARIA ALVES

Para construção da analogia simbólica, Guimarães, Galende e Soares (2021, p.11) enfatizam que Margarida Maria Alves foi uma trabalhadora rural e a primeira mulher presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Alagoa Grande - PB (1973 até 1983). Sendo a filha mais nova de nove irmãos, sua família vivia na zona rural até serem expulsos das terras por latifundiários. Assim, a luta pelo movimento agrário já fazia parte da sua vida desde 1973², quando Margarida se foi a primeira mulher a se tornar Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, sendo também um primeiras mulheres a assumir uma posição de liderança sindical.

Na imagem abaixo, apresentamos um recorte de uma das entrevistas de Margarida, em vida, quando seus ideais e protagonismos começavam a ecoar e

² Segundo matéria publicada no jornal “A União”, em 14 de agosto de 2023, Margarida Maria Alves “Se tornou presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande em 1973, aos 40 anos. Foi uma das primeiras mulheres a assumir um cargo de direção sindical no Brasil e considerada “uma grande ativista de direitos humanos e trabalhistas no país. Esteve à frente na luta pelos direitos básicos dos trabalhadores rurais em Alagoa Grande, como carteira de trabalho assinada e 13o salário, jornada de trabalho de oito horas diárias e férias.

ultrapassar os limites da cidade de Alagoa Grande, no Brejo paraibano. Perozini (2024 *online*) destaca o simbolismo da líder sindical evidenciando que

Entre as lutas travadas por ela estavam a busca pela contratação com carteira assinada, o pagamento do décimo terceiro salário, o direito das trabalhadoras e dos trabalhadores de cultivar suas terras, a educação para seus filhos e filhas e o fim do trabalho infantil no corte de cana, atividade forte na região.

Com Margarida, então, surgem semantismos associados a Margarida ser flor e ser a ressignificação da flor. À época, algumas significações à figura das mulheres sofriam designações atreladas às limitações de uma sociedade que custava acreditar que firmeza não era um atributo específico à construção de hombridade.

Imagem 01: Margarida Maria Alves.



Fonte: Divulgação da Marcha das Margaridas. In: Mídia Ninja (2024)³.

Neste aspecto, Silva (2022, p. 59) relata que durante as campanhas trabalhistas articuladas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida é apresentada como flor de briga, fazendo analogia à espécie de flor margarida e toda sua delicadeza, mas contrastando com a força e a resistência da Margarida sindicalista. Daí, ressaltamos o simbolismo integrado à personalidade de

³ Disponível em: <https://midianinja.org/neste-dia-do-trabalho-conheca-margarida-maria-alves/>

Margarida que até os dias de hoje são ressaltados na memória coletiva de sua terra natal.

Como já mencionamos, Margarida Maria Alves foi assassinada em sua residência, em 12 de agosto de 1983. Construiu uma larga trajetória sindical de luta pelo direito a terra, pela reforma agrária, por melhores condições de trabalho e contra as injustiças sociais e o analfabetismo. Esse é o marco que inscreve “Margarida” como símbolo das questões atreladas a lutas e conquistas da classe trabalhadora que ela representava, espalhando seus semantismos a aspectos correlatos como empoderamento feminino e protagonismos de agentes populares.

Nesse sentido, no jardim de lutas, protagonismos e empoderamentos femininos, surgem muitas “margaridas”. No contexto de reverberar, pela militância, as conquistas de Margarida Maria Alves surge a “Marcha das Margaridas”, (vide cartaz na imagem abaixo), uma "ação ampla e estratégica das mulheres do campo e da floresta", como definem seus organizadores. O evento político-estratégico resalta importantes pautas, para além das relacionadas aos interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores do Brasil. São questões/lemas articulados às questões feministas, violências, exploração e discriminação, sobretudo contra as mulheres, sempre na relação estabelecida entre os atores do campo, das florestas, das águas e bordas.

Imagem 02: Cartaz da Marcha das Margaridas.



Fonte: Site Oficial da Marcha (2019)⁴.

⁴ Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/>

Sobreira (2022), ainda, ressalta, dentro deste íterim, que Margarida Alves foi uma das fundadoras do Movimento Mulheres do Brejo (MMB), onde sua principal herança é a luta pelos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais, como carteira assinada, décimo terceiro salário, jornada diária de trabalho de 8 horas e férias, direitos que já haviam sido conquistados pelo setor urbano. No entanto, apesar de lutas constantes foi vítima de violência contra as mulheres. Seu legado reflete atualmente na Marcha das Margaridas⁵, ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres.

Imagem 03: Margarida “em meio à luta no dia primeiro de maio”.



Fonte: A Verdade: jornal dos trabalhadores na luta pelo socialismo (2020)⁶.

⁵ A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. É um grande momento de animação, capacitação e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros, além de proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres do campo e da floresta. Por ser permanente, as mulheres trabalhadoras rurais seguem, diariamente, lutando para romper com todas as formas de discriminação e violência, que trazem consequências perversas à vida delas. Realizada a partir de 2000, tem revelado grande capacidade de mobilização e organização. Pelo caráter formativo, de denúncia e pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o governo federal, tornou-se amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres da América Latina. A Marcha das Margaridas é coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), e por várias organizações de mulheres parceiras. Fonte: <https://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/>

⁶ Disponível em: <https://averdade.org.br/2020/08/margarida-maria-alves-e-melhor-morrer-na-luta-do-que-morrer-de-fome/>

Neste contexto de lutas pelas causas trabalhistas, Margarida, simbolismo amplamente mobilizado na semiótica do dia do trabalhador, como registra a imagem acima. E, neste diapasão, Paula (2019) reúne, em sua pesquisa, aspectos que condicionam “Margarida” como referencial de mulher rural a partir de sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. Tal acepção é ressaltada por ocasião de que nos espaços rurais a influência dos ideais feministas surgia, basicamente, por intermédio de setores progressistas da igreja católica, à época, propiciando ambientes nos quais as mulheres interagiam e formavam grupos de reivindicações. Isso pode ter sido, segundo a referida pesquisadora, um fator propulsor para construção da personalidade de liderança e a efetivação das atribuições que competiam ao posto da sindicalista. Neste simbolismo insere-se o poder e

Como o poder é algo difuso, o sujeito pode simultaneamente exercê-lo e sofrer sua influência por outrem. Assim, as mulheres, apesar de toda uma história marcada pela opressão, submissão e invisibilidade, também exercem poderes, de modo a lutarem por seus direitos e se colocarem como resistência diante de tantos abusos e silenciamentos, como fizeram muitas mulheres do campo ao longo da história. (PAULA, 2019. p. 103).

A partir disso compreendemos que as relações de poder instauradas pelas relações e refigurações de gêneros colocam Margarida em lugar de destaque, desde que era líder dos grupos que participava nas Comunidades Eclesiais De Base, as CEBs, que à época tinha bastante significação em relação às denúncias sociais e as lutas dos pobres, oprimidos e flagelados.

Segundo Perani (1981), as CEBs são uma entidade religiosa católica que surge dentro de uma dupla dinâmica: - a massificação, dispersão e incomunicabilidade da cidade e sua situação de lugar de exploração, favorecendo a formação e o crescimento de pequenos grupos de ajuda mútua; - a perspectiva de renovação da igreja a partir de uma maior fidelidade ao evangelho com sua dimensão de opção pelos pobres e de vida comunitária.

Frei Betto (2008) também classifica as CEBs como comunidades porque reúnem pessoas que têm a mesma fé pertence a mesma igreja e moram na mesma região e, ainda, são motivadas pela fé. Nas CEBs, essas pessoas vivem em comum União em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. Nessa perspectiva, as

comunidades são: eclesiais, porque congregada da igreja como núcleos básicos de comunidade de fé; são de base porque são Integradas por pessoas que trabalham com a própria mão, classes populares, donas de casa, Operários subempregados, aposentados, jovens Empregados dos setores e serviços, na periferia Urbana e na zona rural, assalariados agrícolas etc.

Há ainda um destaque de Paula (2019), sobre um possível motivo da necessidade de construção simbólica de Margarida como Líder e Exemplo de forma, no combate à cultura patriarcal e machista

No caso das mulheres rurais, as manifestações de machismo e preconceito se configuram de forma intrínseca em seu cotidiano. Está na desvalorização profissional, quando as atividades que exercem são consideradas trabalho, mas apenas ajuda; na forma como são tratadas por funcionários de bancos e de órgãos de assistência técnica (como simples dependentes de seus companheiros), ou mesmo na necessidade da criação de políticas públicas específicas para elas (o que comprova a incapacidade dos programas em inseri-las como participantes detentoras de direitos igualitários aos dos homens) (PAULA, 2019, p. 104)

Todos esses elementos contribuem para o que Duarte (2014, p.64) afirma acontecer após a morte de “Margarida”, onde o movimento de mulheres rurais ganhou mais visibilidade e, posteriormente, mais intensidade nos anos 2000, com as mobilizações dos movimentos, a Macha das Margaridas e o da Via Campesina⁷.

A influência do feminismo no movimento de mulheres ocorre de forma diferenciada no processo de formação dos movimentos de mulheres rurais. Em sua maioria, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais surgem, na década de 1980, nesse processo de emancipação política em um cenário da luta pela terra e por melhores condições de trabalho no campo e junto ao processo de rearticulação da classe trabalhadora na forma de movimentos sociais no campo.

Margarida Maria Alves foi uma figura central para o movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil e representa uma das expressões mais marcantes do

⁷ Segundo A Via Campesina é uma articulação mundial dos movimentos camponeses que tem entre seus objetivos: a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente com a proteção da biodiversidade. Esses objetivos se opõem à padronização das culturas, ao produtivismo, à monocultura e à produção unicamente para exportação, características do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Fonte: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-via-campesina>

feminismo rural que emergiu nos anos 1980. A partir desse período, em um cenário de luta pela terra e pela melhoria das condições de trabalho, o movimento de mulheres trabalhadoras rurais começou a se consolidar como uma força significativa de resistência e emancipação política.

Nesse contexto, a trajetória de Margarida é emblemática, pois ela não apenas enfrentou os patrões e o latifúndio, mas também estimulou o fortalecimento de identidades coletivas das mulheres do campo, que passaram a articular seus direitos, suas vozes e sua presença nos movimentos sociais. Esse processo ajudou a reconfigurar a dinâmica dos movimentos rurais e a transformar a luta pela terra e pelos direitos trabalhistas em uma causa também feminina, sendo fundamental para a formação e estruturação do feminismo rural no Brasil.

3 MARGARIDA MARIA ALVES E O MOVIMENTO DE MULHERES

A atuação de Margarida foi além do sindicalismo clássico; ela impulsionou um movimento que integrava as demandas femininas à luta por justiça social. As mulheres rurais, que antes eram vistas apenas como ajudantes nas propriedades familiares ou invisibilizadas em movimentos liderados por homens, passaram a reivindicar seu lugar como agentes políticas e líderes de suas próprias causas.

Esse movimento de mulheres, influenciado por Margarida, trouxe consigo a força do feminismo popular, enraizado nas necessidades do campo e nos desafios específicos das trabalhadoras rurais. Em uma época de rearticulação política e de fortalecimento da classe trabalhadora, Margarida Maria Alves deixou um legado que continua a ser um símbolo de resistência e de transformação social para as mulheres do campo. Sua trajetória é uma referência de empoderamento, inspirando a autonomia e a luta das mulheres no meio rural até os dias de hoje.

A partir das reflexões de Dias (2007), sobre constatações ocidentais que figuram a imagem da mulher muitas vezes associada à fragilidade por conta de uma parcela da sociedade machista que a via exclusivamente como sujeito/objeto servil, para cuidar da casa e da família, em especial ao marido, a quem devia todo o respeito, obediência e temor. Nesses contextos, a mulher não podia exercer atividades fora do ambiente doméstico, não tinha direito à educação escolar, o direito a voto era algo

impensável, e sofriam abusos de poder e violências domésticas sem qualquer punição para seus agressores. Seu papel socialmente era só gerar filho e cuidar da casa.

Nestes termos, este Estado do Conhecimento reúne a fundamentação que consiste para reflexão dos elementos que refiguram os semantismos atrelados às lutas de “Margarida”, elencando aspectos que ressaltam lutas feministas, direitos trabalhistas, equidade e igualdade, para direcionar a perspectivação em torno da herança deixada pela líder sindical

Souza e Rezende (2018) consideram que com o passar dos anos as mulheres se destacaram na luta pela conquista de igualdade de tratamento, mostrando serem capazes de despenhar as mesmas funções masculinas, historicamente definidas como exclusivamente maritais, como a atividade laboral fora do lar, a aquisição de renda e outros. Ao decorrer do através de várias lutas as mulheres conquistaram o espaço merecido.

A luta de Margarida marca um continuísmo pela garantia de direitos e, sobre este aspecto, Sobreira (2022) lembra que no Brasil a árdua caminhada pela luta de direitos, teve marco importante com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, regulamentou o trabalho daqueles que atuavam nas áreas urbanas, enquanto o campesinato seguia desassistido. O cenário foi modificado apenas em 1963, com o decreto do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Ainda assim, este se limitava a levar ao campo os direitos que já eram desfrutados pelos trabalhadores urbanos.

A pauta sobre equidade, nos discursos de Maragarida Maria Alves tem sua fundamentação em lutas que eram apenas pensadas e não reverberadas. Assim, Zarzar (2017) lembra que a Constituição de 1967 afirmou a igualdade jurídica entre homens e mulheres, em especial no seu artigo 153 que previa que todos eram iguais perante a lei, sem distinção de sexo. Em atento:

Art. 153. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
§ 1º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça (Constituição da República Federativa do Brasil de 1967).

A legitimidade da formação ideológica se ampara muito antes da promulgação da revolucionária Carta Magna, em 1988. Dai traçamos uma trajetória que convida à reflexão sobre o fato de colocar as lutas evidenciadas pelas mulheres em evidência. Sobreira (2022, p.25) afirma que uma das mais importantes contribuições do feminismo reside no reconhecimento de que grupos oprimidos podem ter uma “vantagem epistêmica” pelo fato de terem conhecimento tanto dos seus contextos como dos de seus opressores.

Dentro deste contexto, Silva (2018, p.50) ressalta que as mulheres modernas trouxeram a visão de uma nova realidade, emanada do desenvolvimento das forças produtivas. Margarida se encontra contemplada nesta figuração da modernidade, uma vez que esta nova realidade indicou e moldou a mulher moderna, através de seus feitos, tendo como resultado o surgimento do fenômeno social denominado como feminização do mercado de trabalho. De tal modo, a partir deste processo emerge a ideologia de que “a mulher está se emancipando” ou de que “a mulher conquistou sua independência, liberdade e autonomia com a entrada no mercado de trabalho”.

Como resultado desta emancipação, a urgência pela igualdade entre mulheres e homens foi impressa, durante todo período pré democrático, onde as militâncias, como as encabeçadas por Margarida Maria Alves ganham destaque. Camargo (2010, p.11) lembra que a mulher entrou no mercado de trabalho logo pós a guerra mundial, onde seus esposos quando retornavam da guerra não tinha condição de trabalhar e com isso as mulheres tiveram que ir à luta para suprir as necessidades da casa, com isso começaram a mudar a visão da sociedade de um modo geral delas mesmas, no Brasil isso não foi diferente sendo que esses movimentos se iniciaram aqui por volta da década de 1970.

Nestes termos, de acordo com Jota e Vaz (2022, p.7) “a participação feminina naquele período não era comum, porém cada vez mais as mulheres entravam na linha de frente para o enfrentamento e contra a exploração trabalhista e demais violências” as trabalhadoras possuíam diversas demandas por melhores condições de vida e trabalho. Esta é o elemento motriz para a construção do empoderamento e liderança de Margarida Maria Alves à sua época. As causas mobilizadas se espraiam para o depertar de outras necessidades imprescindíveis aos direitos das trabalhadoras e trabalhadoras, como creches, direito a amamentação e licença-maternidade adequada eram apenas algumas dessas necessidades. Entretanto, estas mulheres também eram as mais anuladas pela falta da assinatura da carteira de trabalho.

De Paula (2019, p.3) lembra que as mulheres, apesar de toda uma história marcada pela opressão, submissão e invisibilidade, também exercem poderes, de modo a lutarem por seus direitos e se colocarem como resistência diante de tantos abusos e silenciamentos, como fizeram muitas mulheres do campo ao longo da história. O papel da mulher mesmo que muitas vezes tenha sido anulado, sobrevive e se destaca pela força e coragem de se manter de pé.

Como somente os homens “chefes de família” tinham direito à sindicalização, a entrada das mulheres no movimento sindical, em geral, se dava de duas formas: via as atividades desenvolvidas na Igreja, neste caso, me refiro à Igreja Católica, pois a elas era atribuído, por exemplo, a função de catequista, assim como outras tarefas religiosas. A outra forma ocorreu, por meio das atividades que passaram a ser desenvolvidas pelas filhas jovens dos sindicalistas que foram se inserindo nos espaços dos sindicatos para realizar tarefas para as quais eram consideradas “habilitadas”, pois estas estudavam e ultrapassavam a escolaridade do pai, em geral, de baixa escolaridade. (SILVA 2021, P.64).

Entre os anos de 1968 e 1977 uma segunda onda do movimento feminista, oriundo da luta pela "libertação" da mulher, procurava defender a transformação das relações sociais ou da sociedade como um todo. Já nos anos 2000 com o avanço da modernização o trabalho feminino exigiu que elas procurassem uma qualificação maior.

As mulheres rurais, que não tinham posição na classe, tiveram que criá-la se organizaram a partir de outras frentes. No Nordeste, em 1981, surgiu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT-PB) na Paraíba, como movimento autônomo que semeou ações que, somadas, resultaram na criação em 1982 do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Sertão de Pernambuco. Em 1986 surgiu o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano (MMB). Outras ações foram protagonizadas no Ceará, Maranhão e demais estados. Os dois movimentos citados articularam-se em 1986 para a formação do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), oficialmente fundado em 1993. (SOBREIRA ,2022, P.25)

De acordo com Silva (2018, p.22), os movimentos feministas divulgavam o protagonismo das lutas das mulheres tendo como esperança as transformações das relações de gênero, através das lutas por liberdade e igualdade. Além de desenvolver ações de ruptura estrutural-simbólica, os movimentos feministas expressavam discussões que dialogava sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora.

Durante a ditadura militar, principalmente a partir da década de 1970, um suposto projeto de “modernização” da agricultura agravou a exploração da mão-de-obra, trazendo uma sobrecarga de trabalho e ainda mais problemas para a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Sobreira (2022, p.66) as mulheres rurais organizaram-se em outros movimentos nesse período, como a Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco⁸, em 1989 no Maranhão. As mulheres quilombolas passaram a se organizar pelo direito à propriedade com o advento da Constituição de 1988, quando foi formada a Organização das Mulheres Quilombolas. Outros movimentos de mulheres se constituíram nesse período como o Movimento de Mulheres Pescadoras, reunidas no I Encontro de Mulheres Pescadoras (1995), a Secretaria das Mulheres Trabalhadoras Rurais Extrativistas (1995) e o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (1998).

Nesse período com o aumento da violência no campo, houve perseguição as organizações e assassinatos daqueles que jamais desistiram de lutar. A luta no campo sempre foi desigual, de um lado os grandes produtores, do outro os pequenos. Os embates de homens e mulheres por condições dignas de trabalho em meio ao domínio do latifúndio e da monocultura permaneceram efervescentes.

A luta das mulheres contra as formas de opressão a que eram submetidas foi denominada de feminismo e a organização das mulheres em prol de melhorias na infraestrutura social foi conhecida como movimento de mulheres. A luta feminina é uma busca de construir novos valores sociais, nova moral e nova cultura. É uma luta pela democracia, que deve nascer da igualdade entre homens e mulheres e evoluir também tem divisões dentro dela. (CAMARGO,2010, p.14)

A moralização imposta às mulheres por muito tempo atrapalhou a luta pelo direito de igualdade. As mulheres que assumiram o movimento feminista foram vistas como

⁸ Criada em 2008 por lideranças femininas, luta pelos direitos sociais, políticos e ambientais das trabalhadoras rurais quebradeiras de coco babaçu do município de São Luís Gonzaga, por meio de organização e capacitação de lideranças femininas. A atuação nas comunidades, na perspectiva da produção e geração de renda, tem enfoque em gênero e etnia, discute políticas públicas para fortalecer o extrativismo do coco babaçu e a agricultura familiar. A organização atua junto a 15 comunidades rurais, a maioria quilombolas. A AMTQC luta pelo cumprimento da lei ambiental e da Lei Municipal Babaçu Livre, que estabelece o livre acesso das quebradeiras de coco a terras públicas e privadas. Fonte: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/associacao-de-mulheres-quebradeiras-de-coco-babacu-do-municipio-de-sao-luis-gonzaga-maranhao-amtqc/>

"mal amadas" e discriminadas para tentar a igualdade de direitos, para tentar suprimir a desigualdade de gênero, até o momento muitas ainda são vistas do retrocesso, as lutas ainda são constantes, mais os espaços e leis que asseguram o direito dessas mulheres são melhores e mais abertos.

A desigualdade de gênero no campo ainda mais abrasiva do que na zona urbana, tendo em vista a distância, falta de telefonia e internet e a ausência de serviços de saúde e de delegacias especializadas são uma combinação que favorece e muito a ocorrência da violência doméstica.

Nesse mesmo cenário vale destacar que no Nordeste, década de 1950 nascia as Ligas Camponesas (movimento de luta pela reforma agrária no Brasil) organizada por milhares de trabalhadores rurais que utilizava o lema "Reforma Agrária na lei ou na marra" contra a secular estrutura latifundiária no Brasil.

A primeira liga foi formada em 1954, em Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco, reunindo 1200 trabalhadores rurais. As ligas camponesas sofreram forte repressão da polícia e dos grandes proprietários de terras, o que não impediu seu fortalecimento ao longo dos anos, expandindo-se também para os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No dia 08 de março de 1984, foi consolidada a Organização de Mulheres Agricultoras (OMA) e "em 1986, depois de um amplo debate, as mulheres entenderam que ser uma organização era muito pouco, por isso, decidem pela consolidação do Movimento de Mulheres Agricultoras MMA/SC". (SALVARO; LAGO; WOLFF,2013, p.3).

Silva (2021, p. 63) relata que durante a década de 1980 expandiu-se a atuação dos movimentos de mulheres no contexto político de lutas democratizantes e este feito contribuiu para o surgimento de diversas organizações autônomas, especialmente nas regiões Nordeste e Sul. Nesse período uma líder sindical chamada Margarida Maria Alves apresentou-se como motor propulsor para a formação de grupos de trabalhadores que se uniam reivindicando férias, assistência médica, 13º salário, assinatura da carteira de trabalho, entre outras pautas.

No cenário sindical até ali o papel das mulheres era pequeno, e muitas vezes suas funções não eram levadas em consideração. Apesar disso, esses espaços eram permeados pela presença feminina. As mulheres executavam como executam até os

dias atuais diversas funções para a manutenção da família camponesa. O cuidado com o lar e a criação dos filhos era alguns desses trabalhos.

De Paula (2019) lembra que até a década de 1980 as agricultoras não eram reconhecidas legitimamente como trabalhadoras rurais, estando excluídas do sistema previdenciário e dos espaços de representação social e política. A condição da mulher rural era definida como dependente de seu cônjuge, sua participação era subjugada pelo machismo e o patriarcado. A história das mulheres não se resumia apenas à opressão, ainda eram submetidas a maus tratos e desrespeito a suas lutas.

A divisão sexual do trabalho determinou a ocupação dos espaços das mulheres no movimento sindical rural, influenciando inclusive, aos homens, a função de “chefes de família”, assim como o que eram consideradas como tarefas “adequadas” para serem desenvolvidas pelas mulheres. Tal situação pode ser identificada no período em que foram implantados os serviços de assistência médica e de educação rural nos sindicatos, a partir do Programa de Assistência e Previdência Rural – PRORURAL. (SILVA 2021, P.64).

Salvaro, Lago e Wolff (2013, p.4) compreendem que a construção do Movimento de Mulheres Camponesas, o MMC, remete a um processo e se faz na direção da unificação e fortalecimento de lutas históricas, conforme apresentado pelo próprio movimento. Em âmbito nacional, o MMC defende que "consolidar o MMC, a partir da ótica feminista e camponesa é fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras”.

Margarida Maria Alves era natural de Alagoa Grande - PB e filha de agricultores, tornou-se Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, em 1973, se tornou uma das primeiras mulheres a assumir um cargo de direção sindical no Brasil é uma grande ativista pelos direitos humanos e trabalhistas no país. Margarida desempenhou o papel essencial na representação dos trabalhadores rurais de cultivo de cana-de-açúcar no estado da Paraíba.

Ferreira (2017) relata que em sua atuação foi a responsável por mover mais de 100 ações na Justiça do Trabalho de Alagoa Grande, enfrentando os interesses de grandes proprietários de terras e usineiros de açúcar, Margarida foi assassinada com o tiro de espingarda no rosto, por encomenda de fazendeiros, no dia 23 de agosto de 1983, na porta de sua casa em frente à sua família.

A vida de Margarida foi interrompida brutalmente, em 12 de agosto de 1983, por volta das 17 horas, com um tiro de espingarda que atingiu seu rosto. O crime aconteceu na porta de sua casa, em frente à sua família, em Alagoa Grande, no Brejo da Paraíba.

A motivação foi política. Margarida era uma imparável defensora dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores agrários, durante os 12 anos em que esteve à frente da presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, lutou contra a violência no campo, pelo fim da exploração dos camponeses e pela reforma agrária.

A pauta principal da luta do sindicato naquele momento era a manutenção de direitos dos trabalhadores rurais que enfrentam a exploração vinda das jornadas de trabalho excessivas e sem remuneração adequada, sem condições dignas de trabalho, assim como a falta de férias e 13º salário. (JOTA E VAZ ,2022, P.7).

Salvaro; Lago; Wolff (2013, P.4) afirmam que diante de um cenário de lutas e violência Margarida Maria Alves deixa um legado, mesmo não se tratando de uma luta do movimento feminista, ela representava de forma contundente as mulheres nas lutas por igualdade.

Zarzar (2017, p.35) compreendem que as lutas são travadas em prol da igualdade e direitos femininos, no campo, nas águas e nas florestas essa luta é ainda mais árdua, as notícias de violência no campo, e contra mulheres, crescem de maneira apavorante. A característica de gênero associado às dificuldades de acesso à terra, é uma das pautas analisadas que vinculam Margarida Maria Alves ao movimento feminista.

Zarzar (2017, p.21) lembra que “os primeiros movimentos sociais de mulheres rurais foram se consolidando e ganhando legitimidade, difundindo suas demandas na sociedade e conquistando o reconhecimento como interlocutor pelas estruturas do Estado brasileiro já que lhes garantiu a conquista da primeira geração de direitos inscritos na constituição federal” com o aparecimento de um cenário novo, surgiram novos desafios , para as mulheres a luta passou a ser de emancipação e destaque na sociedade.

A prática costumeira da permanência dos filhos homens na propriedade e a migração das mulheres para a propriedade da família

dos seus maridos mostraram-se, para algumas delas, como um desafio, que exigiu a construção de estratégias para sobreviver e permanecer nestes locais. Para superar estes problemas relataram mobilizações de mulheres participantes de grupos de jovens mobilizados para a luta pela conquista da terra. (ZARZAR ,2017, P.35).

Arruda e Soares (2018, p.2) compreendem que a luta por direitos convive em um espaço onde a sobrevivência também pulsa, também sendo necessário observar que a população de trabalhadores rurais dificilmente tem escolha ou sabe discernir sua condição, sujeitando-se às condições precárias e violentas de trabalho que claramente violam sua perspectiva humana.

Sobreira (2022, p.69) afirma que a construção do sujeito feminista no campo resulta do processo de resistência e na busca por igualdade, direitos e políticas públicas específicas e alinhado à elaboração de um projeto de sociedade e de um modelo alternativo de desenvolvimento.

O debate sobre a representação de Margarida Maria Alves como líder sindical mulher, nordestina expressa a importância desse personagem para o cenário de lutas feministas, considerando elementos como a força de trabalho empregada pelas mulheres do campo, suas dificuldades e desafios para se tornarem visíveis a sociedade.

Além disso, é válido arquitetar a afetividade como base essencial das relações, analisando as relações de gênero no contexto dos movimentos sociais de mulheres rurais. Para se entender a trajetória dos direitos das mulheres do campo buscamos analisar um cenário histórico falando da trajetória dessas lutas e experiências desde os tempos antigos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisar a produção acadêmica e crítica sobre Margarida Maria Alves, este artigo objetivou ressaltar as contribuições da líder sindical e destacar a relevância de sua luta para as discussões sobre gênero, direitos trabalhistas e resistência no contexto das questões agrárias brasileiras.

Mais do que uma análise biográfica, esta pesquisa ainda problematizou a representação de Margarida Maria Alves como símbolo da força e persistência

feminina na luta sindical e como ela se insere na memória e no imaginário social como um marco de justiça e igualdade no meio rural.

Nestes termos, ao longo desta pesquisa, em relação ao método que possibilitou a visualização da trajetória de Margarida Maria Alves, reafirmou-se sua posição como símbolo de resistência e luta feminina no cenário sindical brasileiro, especialmente no contexto das lutas camponesas que marcaram a década de 1980.

A atuação de “Margarida” como líder sindical não só elevou as questões trabalhistas no campo ao debate público, mas também contribuiu significativamente para a construção de uma consciência social acerca da justiça, da dignidade e da igualdade, para além do lugar onde surge a figura simbólica da sindicalista forte e aguerrida.

O assassinato de Margarida, longe de silenciar sua voz, cristalizou seu legado como símbolo da luta por direitos e inspirou uma resistência que se perpetua na memória das mulheres de Alagoa Grande e no movimento sindical rural até hoje.

Através de uma abordagem bibliográfica e de revisão da literatura, foi possível verificar como estudiosos têm interpretado e valorizado a figura de Margarida Maria Alves, especialmente em relação ao seu papel de protagonista na busca por justiça e acesso à terra e aos direitos dos trabalhadores rurais.

O estudo evidenciou que o simbolismo de Margarida transcende a esfera sindical, alcançando um espaço de referência coletiva para as mulheres trabalhadoras de Alagoa Grande e para outras que, como a autora deste trabalho, se inspiram em sua história e persistência. Margarida torna-se, assim, um elo entre o passado e o presente, uma figura que molda a compreensão de empoderamento feminino, sobretudo nas questões que envolvem direitos e acesso à terra e ao alimento da terra, essenciais para a sobrevivência e a dignidade dos trabalhadores rurais.

A análise dos artigos aqui estudados define e constrói base para o enfrentamento das violências sofridas por mulheres do campo, da mesma forma, a resistência travada por Margarida também estava atrelada à necessidade de acesso à terra e aos meios de produção às populações rurais. Assim, verificamos a importância dos movimentos em defesa do indivíduo do campo, a busca pelo bem-estar econômico e social e a fixação à terra dos que a tornaram produtiva com o seu trabalho e de sua família.

Em uma perspectiva mais ampla, a memória de Margarida Maria Alves se revela essencial para a construção de saberes sobre Alagoa Grande, moldando as

bases de uma identidade coletiva alicerçada nas histórias de resistência e no conhecimento construído a partir dessas narrativas. O exemplo de Margarida fortalece as mulheres de hoje, permitindo que o espírito de luta e o desejo por justiça permaneçam vivos.

Desta forma, este estudo, ao revisitar e consolidar essa memória, cumpre o propósito de não apenas homenagear sua trajetória, mas de inspirar novas gerações a seguir seu exemplo de coragem e dedicação. A força conjunta, tal como defendida por Margarida, é o alicerce para uma sociedade mais justa e consciente de seus direitos, evidenciando que, ao manter vivas essas memórias, perpetua-se também o espírito de transformação.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Paula; SOARES, João Gabriel. **Caso Margarida Maria Alves: uma demonstração do desafio brasileiro à proteção multinível de direitos humanos. Revista do Direito.** Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 45-65, set/dez. 2018.

BETTO, Frei. **O que são comunidades eclesiais de base.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

CAMARGO, Douglas Bispo de Souza **Participação das mulheres no mercado de trabalho.** Fundação Educacional do Município de Assis 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Administração – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da penha na Justiça: LEI 11.340/2006: da efetividade da lei de Combate à Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DUARTE, Emmy Lyra. **O movimento de mulheres trabalhadoras da paraíba (mmt/pb):**

Mobilização social, trabalho e relações de gênero. Orientadora: Maria Franco García. 2014. 138f. TCC (Mestrado) - programa de pós-graduação em geografia . Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5852?locale=pt_BR. Acesso em: 23 set. 2023.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural.** 2009. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Ferreira, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

GUIMARÃES, Sandra Suely Moreira Lurine; GALENDE, Yasmin Dolores Parijós; SOARES, João Gabriel Conceição. **O desafio à proteção multinível no caso Margarida Maria Alves: análise sobre as perspectivas de gênero e do devido processo legal nos estândares interamericanos de proteção integral de defensoras e defensores de direitos humanos.** Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, | n. 122, p. 597-648, jan./jun. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Laurent L. Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

JOTA, Thais Maiara Teixeira. VAZ, Telma Romilda Duarte. Resistências na Marcha das Margaridas. Encontro internacional de gestão desenvolvimento e inovação.2022. MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. In: **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875>. Acessado em: 20 de setembro de 2024.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. In: **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875>. Acessado em: 20 de setembro de 2024.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. As margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 100-121, jul-dez, 2019.

PERANI, Cláudio. Comunidades eclesiais de base e movimento popular. In: **Cadernos do CEAS** n.º 75, set.-out. 1981.

PEROZINI, Miranda. **Neste dia do trabalhador, conheça Margarida Maria Alves.** In: Site Mídia Ninja. 1 de maio de 2024. Disponível em : <https://midianinja.org/neste-dia-do-trabalho-conheca-margarida-maria-alves/>. Acessado em 14 de novembro

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. DE S.; WOLFF, C. S. "**Mulheres agricultoras**" e "**mulheres camponesas**": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 1, p. 79–89, 2013.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; REZENDE, Fernanda Ferreira. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. **Est. Inter. Psicol.** vol.9 no.2 Londrina maio/ago. 2018.

SILVA, Janaína Vicente da. **As mulheres vão à luta: experiência e resistência da paraibana maria da penha nascimento silva (1970-1991).** Orientadora: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva. 2022. 184 f. TCC (Graduação) – programa de pós-graduação em história. Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 2022. Disponível em:

[https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27087/1/Jana%*c3*%adnaVicenteDaSilva_Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27087/1/Jana%c3%adnaVicenteDaSilva_Dissert.pdf). Acesso em: 24 set. 2023.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **Olha Brasília está florida, estão chegando as decididas**: experiências de um feminismo rural no Brasil a partir da Marcha das Margaridas. Orientadora: Lina Maria Brandão de Aras. 2022. 217 f. TCC (Doutorado) - programa de pós-graduação em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35924>. Acesso em: 23 set. 2023.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil**: a construção do sujeito feminista. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

AGRADECIMENTOS

À minha família, mãe, pai, filho, irmãos, marido por todo o apoio e incentivo, por sempre estarem presentes, sem eles com certeza a tarefa teria sido muito mais árdua. Em especial ao meu querido irmão Geóstenys (*in memoriam*), meu amigo e meu herói da vida toda, que embora não esteja mais fisicamente, continua a ser a minha maior inspiração.

À minha orientadora, a professora Susel Oliveira da Rosa, por todo suporte e humanidade no processo de orientação desta pesquisa. Às professoras examinadoras por se disponibilizarem à leitura de meu trabalho. Aos professores do Departamento de História da UEPB e aos colegas de curso pelas trocas e vivências.